



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

**VITÓRIA MARIA OLIVEIRA ARRUDA**

**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2022**

VITÓRIA MARIA OLIVEIRA ARRUDA

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Edward Martins Costa.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A819p Arruda, Vitória Maria Oliveira.

Perfil da agricultura familiar no Ceará / Vitória Maria Oliveira Arruda. – 2022.  
35 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Edward Martins Costa.

1. Agricultura familiar. 2. Perfil familiar. 3. Ceará. I. Título.

CDD 630

---

VITÓRIA MARIA OLIVEIRA ARRUDA

PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Aprovada em: 19/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edward Martins Costa (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. M.a. Thyena Karen Magalhães Dias  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. M.e. Erivelton de Souza Nunes  
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por me conceder força, coragem e perseverança durante a minha trajetória na graduação.

Agradeço à cada um da minha família que contribuiu com meu percurso, especialmente à minha mãe, Fernanda, por todo apoio, suporte e companheirismo, sem a qual eu não estaria aqui. À minha tia, Raimundinha, por todo cuidado e aprendizado que me proporcionou e que contribuiu para quem sou hoje. À minha tia, Luiza, por ter acreditado em mim, motivando e dando-me suporte. Ao meu irmão, Vitor, pela parceria e amizade na vida e no curso. À minha grande parceira, Rianne, por todas as conversas, aprendizados e força nos momentos mais desafiadores e não foram poucos. Ao meu primo Tiago Linhares, pela amizade de longos anos e por todo apoio na vida acadêmica e pessoal. Aos meus amigos Felipe e Vanessa, por terem dividido seus dias comigo e pelo apoio. Serei eternamente grata a todos vocês, por terem acreditado em mim quando duvidei, muito obrigada.

À Universidade Federal do Ceará, pela Assistência Estudantil, financeira e psicológica, e pela excelente oportunidade de aprendizagens e trocas significativas.

Agradeço ao Prof. Dr. Edward Martins Costa, pela oportunidade de ser sua bolsista, pela orientação e por contribuir com minha área de atuação.

Ao Prof. Filipe Augusto Xavier Lima, pela orientação enquanto sua bolsista, por todas as conversas e orientação profissional.

Aos membros da banca examinadora Thyena Karen Magalhães Dias e Erivelton de Souza Nunes pelo tempo, colaborações e sugestões.

Por fim, agradeço a todos os professores e colegas que fizeram parte da minha caminhada na Agronomia.

## RESUMO

A agricultura familiar é um setor importante da agropecuária brasileira por gerar emprego, renda e produzir alimentos para o mercado interno, compreendendo tanto os agricultores com técnicas mais rudimentares quanto aqueles mais modernizados. Em 2017, o estado do Ceará era o terceiro com a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários do Brasil, cerca de 297.862, e estes foram responsáveis por 40% do valor bruto da produção, em torno de R\$ 2,18 bilhões. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos agricultores, para o estado do Ceará. Os dados utilizados foram obtidos a partir do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE e submetidos à estatística descritiva. Constatou-se que a pecuária e criação de outros animais é a atividade econômica que demanda mais área, a maioria dos estabelecimentos são dirigidos por homens e adultos entre 55 e 65 anos, dos quais 53,32% são alfabetizados. Observou-se ainda que apenas 10,79% dos estabelecimentos receberam orientação técnica e 12,79% obtiveram financiamento, majoritariamente via Pronaf.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; perfil; Ceará.

## ABSTRACT

Family farming is an important sector of Brazilian agriculture for generating employment, income and producing food for the domestic market, comprising both farmers with more rudimentary techniques and more modernized ones. In 2017, the state of Ceará was the third with the largest number of agricultural establishments in Brazil, around 297,862, and these were responsible for 40% of the gross value of production, around R\$ 2.18 billion. In this context, the objective of this work is to analyze the profile of farmers for the state of Ceará. The data used were obtained from the 2017 Agricultural Census, carried out by the IBGE and submitted to descriptive statistics. It was found that livestock and other animals are the economic activity that demands the most area, most establishments are run by men and adults between 55 and 65 years old, of which 53.32% are literate. It was also observed that only 10.79% of the establishments received technical guidance and 12.79% obtained funding, mostly via Pronaf.

**Keywords:** family farming; profile; Ceará.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis quantitativas.....	22
Quadro 2 – Variáveis qualitativas.....	22



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de área dos estabelecimentos agropecuários no Ceará.....	25
Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor no estado do Ceará.....	29

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários por atividades (hectares).....	24
Tabela 2 - Número de estabelecimentos por sexo do produtor.....	26
Tabela 3 - Número de estabelecimentos dirigidos por classe de idade no Ceará. ....	26
Tabela 4 - Número de estabelecimentos dirigidos pelo produtor por escolaridade.....	27
Tabela 5 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor.....	28
Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor. ....	28
Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor. ....	29
Tabela 8 - Número de estabelecimentos agropecuários por orientação técnica. ....	30
Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento.....	31
Tabela 10 - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários (mil reais). ....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

PCRF - Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Brasil.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Região Nordeste .....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>ACESSO AO CRÉDITO RURAL .....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.1</b>	<b>Base de Dados .....</b>	<b>22</b>
<b>4.2</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um setor importante para a agricultura brasileira e seu conceito vem evoluindo ao longo das últimas décadas, tendo sido denominada anteriormente de “pequena produção e agricultura de subsistência”. A lei n. 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, regulamentada pelo Decreto n. 9.064/2017, classifica o agricultor familiar como aquele que: possua até 4 módulos fiscais, sendo o valor do módulo fiscal definido pelos municípios; utilize predominantemente a mão-de-obra familiar nos estabelecimentos; tenha, no mínimo, metade da renda familiar originada de atividades do estabelecimento; e dirija o estabelecimento estritamente com sua família (BRASIL, 2006, 2017).

Dados do Censo Agropecuário, em 2017, evidenciaram que, no Brasil, aproximadamente 76,8% dos estabelecimentos agropecuários eram de agricultores familiares. O Ceará teve grande relevância nessa composição, sendo considerado o terceiro estado com a maior quantidade de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, 297.862 estabelecimentos (o equivalente a 7,64% do total do país), atrás dos estados da Bahia e Minas Gerais. Além disso, os dados também indicaram que a participação da produção dos estabelecimentos de agricultura familiar no valor bruto da produção agropecuária, no Ceará, foi de cerca de 40% (IBGE, 2019).

Tanto no cenário nacional, quanto local, a agricultura familiar tem grande importância para a economia. De acordo com Guilhoto et al. (2007, p.1) “a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza” do setor agropecuário e do país, como um todo.

A agricultura familiar inclui tanto produtores rurais com uso de práticas ainda rudimentares, como produtores modernos inseridos no agronegócio. Essas diferenças decorrem, basicamente, pela forma de implementação do processo de modernização da agropecuária brasileira, ocorrida a partir da década de 1960. Entretanto, a partir dos anos 90, os agricultores familiares foram alvos diretos de políticas públicas rurais. Especificamente, em 1996, houve a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo amplamente esses agricultores no processo de dinamização da agricultura brasileira (BUAINAIN *et al.*, 2014).

O Pronaf foi desenhado exclusivamente para os agricultores familiares, objetivando a promoção do crédito rural, principalmente por meio de juros subsidiados e maiores prazos em relação ao mercado. Além disso, é acompanhada a assistência técnica e o desenvolvimento da infraestrutura, aumentando a capacidade produtiva desses agricultores, gerando empregos nas áreas rurais e melhorando a qualidade de vida dos produtores ao mitigar a pobreza rural (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

O acesso ao crédito é mediado pelos sindicatos ou pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da região a qual o produtor rural está localizado. Assim, o produtor rural pode obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida pelas instituições que são autorizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (BORGES; DA SILVA; COUTINHO, 2018).

Nesse sentido, apesar de todo o esforço daqueles que formulam o Pronaf, ainda existem agricultores familiares que fazem parte da população alvo do programa que não são beneficiados por este, o que caracteriza uma restrição ao crédito e, conseqüentemente, denota que a política ainda precisa de aprimoramentos.

Guilhoto et al. (2007) pontuam que as diferenças nas prioridades dos agricultores familiares, tendo em vista os distintos tamanhos, capital e tecnologias de cada produtor, dificultam a organização da classe para conquistar seus interesses. Além disso, também ocorrem diferenças produtivas entre os agricultores que tem como atividade principal a pecuária e/ou agricultura mesmo sendo a mesma propriedade rural, bem como aqueles que produzem em lavouras temporárias e em lavouras permanentes.

Nesse contexto, dado que a heterogeneidade entre a própria agricultura familiar é evidente, variando desde a agricultura por subsistência até a pequena produção modernizada e considerando que o Ceará concentra uma grande parte dos estabelecimentos agropecuários familiares e que estes contribuem significativamente com o valor da produção do setor agropecuário estadual, existe a necessidade de estudos que busquem analisar o perfil, a produção e heterogeneidade da agricultura familiar local. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos agricultores familiares para o estado do Ceará. Ademais, busca contribuir para o debate sobre a agricultura familiar, gerando documentos que possam sinalizar os caminhos sobre a eficiência alocativa do gasto público e a mitigação da pobreza no meio rural.

O trabalho consta de 6 capítulos, no qual o capítulo 1 abrange a introdução, que contextualiza o tema proposto e explana a necessidade de abordagem do assunto. O capítulo 2 apresenta uma breve contextualização da agricultura familiar no Brasil e na Região Nordeste. O capítulo 3 apresenta uma breve revisão sobre crédito rural, com ênfase no Pronaf. O capítulo 4 descreve a base de dados e os procedimentos metodológicos que visam atender ao objetivo proposto. O capítulo 5 demonstra os resultados e discussão. E o capítulo 6 apresenta as considerações finais, descritas com base no exposto.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR**

Nas décadas anteriores, foi comum a caracterização da agricultura familiar como um setor atrasado social, tecnológico e economicamente, de modo que tais agricultores foram desprivilegiados do acesso à terra, ao crédito rural e à própria modernização agrícola. O reconhecimento da agricultura familiar foi possibilitado devido ao aumento de sua importância política, a sua definição perante ao Estado, com a criação de políticas públicas e pela reversão das concepções negativas atribuídas. A agricultura familiar utiliza a mão-de-obra da família e busca reduzir riscos econômicos, alimentares e ambientais, adotando sistemas diversificados e alocando recursos como trabalho na produção de alimentos e matéria-prima para o estabelecimento (PICOLOTTO, 2014; SOUZA FILHO; BUAINAIN; GUANZIROLI, 2004)

O produtor rural inserido nesse modelo possui um sentimento de pertencimento com o lugar, bem como uma relação de troca com os familiares. Assim, contrapõe-se ao modelo patronal, mais racional e impessoal, que explora a terra e direciona sua produção para a exportação, sendo a agricultura apenas um negócio (LOBATO; SILVA, 2019).

Nas subseções a seguir, tem-se uma visão geral da contribuição da agricultura familiar a nível de Brasil e região Nordeste.

### **2.1 Brasil**

O setor da agricultura familiar tem muita importância na geração de empregos, renda e produção de alimentos para o mercado interno. No Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos da agricultura familiar, delimitada segundo a lei 11.326/2006, totalizou 4.367.902 estabelecimentos, correspondendo a 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, no qual 50,1% desse total estavam inseridos na região Nordeste. Apesar do elevado número de estabelecimentos, a agricultura familiar ocupava 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, somando 80,3 milhões de hectares, demonstrando a concentração de terras por parte dos estabelecimentos não-familiares. No Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos familiares representaram 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, totalizando 3.897.408, e ocuparam 23% da área total dos estabelecimentos, equivalente a 81 milhões de hectares (IBGE, 2009, 2019).



Ainda de acordo com o último Censo Agropecuário, o percentual médio de pessoal ocupado com agricultura familiar foi de 67% em todo o Brasil, equivalente a mais de 10 milhões de pessoas e o valor de produção atingiu aproximadamente R\$ 107 bilhões. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi um dos marcos históricos que reconheceu e legitimou esse setor perante o Estado, fornecendo crédito agrícola, a fim de fortalecer sua capacidade produtiva. (AQUINO, GAZOLLA E SCHNEIDER, 2018; SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2021; CONAB, 2021).

## **2.2 Região Nordeste**

Aquino, Alves e Vidal (2020) utilizaram dados do Censo de 2017 para estudar a região Nordeste. Assim, os resultados obtidos apontaram que 79,2 % dos 2.322.719 estabelecimentos agropecuários no Nordeste foram classificados como familiar e possuíam 73,8% do pessoal ocupado, somando mais de 4,7 milhões de pessoas. Quanto à distribuição de recursos naturais associados à posse da terra, os estabelecimentos familiares ocupavam 36,6% da área total de estabelecimentos agropecuários da região.

Entre os anos de 2012 a 2017, a região supracitada passou por um período de escassez hídrica. Apesar disso, ainda de acordo com o estudo anterior, o valor total de produção (VTP), obtido pelo somatório de todas as atividades agropecuárias dos estabelecimentos familiares teve um montante de mais de R\$ 15,8 bilhões, representando 30% do montante total regional. Quanto à receita dos agricultores, o valor encontrado foi superior a R\$ 29 bilhões, no qual 56% foi proveniente de fontes de renda como aposentadorias e programas sociais. Vale ressaltar que o Banco do Nordeste aplicou via PRONAF R\$ 2,86 bilhões em 2017.

O nível educacional é um fator limitante da produtividade agrícola, 42,2% dos dirigentes dos estabelecimentos familiares alegaram não saber ler e escrever. Dessa forma, a assistência técnica (ATER) tem como finalidade orientar aos agricultores sobre as práticas e técnicas agrícolas mais eficientes inerentes à modernização da agricultura, contudo, foi observado que apenas 7,3% dos estabelecimentos familiares no Nordeste tiveram acesso à orientação técnica em 2017. A heterogeneidade da agricultura familiar é marcada também pela mão-de-obra utilizada e o emprego de tecnologias agrícolas. Em 2017, o número de dirigentes do sexo masculino totalizou 1.392.421, equivalente a 75,7%. Considerando as tecnologias agrícolas empregadas, 23,6% dos agricultores familiares utilizaram agroquímicos, apenas 9,4% adotaram a irrigação e o principal meio de armazenamento de água foi a cisterna. A

baixa utilização de irrigação é devido à pluviosidade irregular, em média 800 mm anualmente, períodos de seca e alta evapotranspiração (AQUINO, ALVES E VIDAL, 2020; LEMOS, 2020; PEREIRA E CASTRO, 2020).

### 3 ACESSO AO CRÉDITO RURAL

A partir da década de 1960, iniciou-se um processo de modernização da agricultura brasileira caracterizado pela utilização de novas tecnologias emergentes como o uso de maquinário agrícola, sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos. A fim de fomentar esse processo foi criado, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que, na prática, priorizou principalmente a macrorregião Centro Sul. Por consequência, muitos agricultores menos capitalizados ficaram à margem da modernização agrícola, o que os levou ao abandono de suas atividades rurais e também ao endividamento. Com a chegada da década de 1990, as pressões exercidas pelo sindicalismo rural acerca do acesso ao crédito concomitante ao debate acadêmico sobre o conceito de agricultura familiar, culminou na formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (BIANCHINI, 2015; LIMA, 2019).

Conforme abordado anteriormente, o setor da agricultura familiar é majoritário em quantidade de estabelecimentos agropecuários e em número de pessoal ocupado, 76,8% e 67%, respectivamente. Em 2017, foi responsável por produzir 69,56% do total de mandioca, 23,11% de todos os tipos de feijão, 48,53% do total nacional de banana, 34,84% de café arábica, 56,6% de cacau, 64,17% da produção do leite brasileiro, entre outros produtos. Além de contribuir com a segurança alimentar dos consumidores, a agricultura familiar ainda representa 14,4% do valor de produção total dos estabelecimentos brasileiros (IBGE, 2019).

O Pronaf foi instituído pelo Decreto n. 1.946/1996, a fim de promover o desenvolvimento rural por meio de linhas de crédito que financiam projetos do segmento de agricultura familiar. Vale ressaltar que o crédito rural consiste em um instrumento de intervenção do Estado pertencente à política agrícola brasileira (OLIVEIRA, ARAÚJO E QUEIROZ, 2017; CMAP, 2020).

As linhas do Pronaf se destinam ao crédito de custeio e investimento, financiamento de infraestrutura e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, visando à geração de renda e melhor uso da mão de obra familiar. Os beneficiários são enquadrados nos seguintes grupos do programa:

- Grupo A: assentados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);

- Grupo B: beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 23.000,00 e que não possuam trabalhador assalariado permanente;
- Grupo A/C: beneficiários do PNRA, do PCRF ou PNCF que tenham contratado a primeira operação do grupo “A” ou que não tenham contratado financiamento de custeio.

O crédito pode ser concedido de forma individual ou coletiva e é solicitado mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (BCB, 2021).

Ao longo de sua existência, o Pronaf vem sendo estudado por vários autores. Gazolla e Schneider (2013) afirmam a importância do programa para a reprodução social e manutenção dos agricultores nos espaços rurais. Analisando impactos do Pronaf no período de 2007 a 2016, Araújo e Vieira Filho (2018), concluíram que o valor monetário disponibilizado pelo programa permite elevar a área plantada, o valor da produção vegetal, a produção animal e a quantidade de bovinos.

Outro trabalho conduzido por Araújo, Alencar e Vieira Filho (2020) discutiu os impactos do programa sobre a renda e a produtividade na agricultura familiar, observando o efeito médio positivo de 10,9% e 15,2%, respectivamente, dos agricultores beneficiários em relação aos não beneficiários.

Apesar de toda a contribuição do PRONAF na geração de renda, produtividade, promoção do desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida dos agricultores, o programa sofre algumas críticas quanto à alocação de recursos entre as regiões brasileiras e aos entraves de acesso ao crédito. É preciso considerar que os estabelecimentos familiares são heterogêneos, apresentando singularidades quanto à sua produção, tecnologias e práticas agrícolas utilizadas, valor de produção, renda bruta familiar, entre outros fatores (MONTEIRO, LEMOS E FEITOSA, 2020; FREITAS E CASTRO, 2020).

Oliveira, Araújo e Queiroz (2017) afirmam que a burocracia e falta de assistência técnica em quantidade e qualidade limitam o acesso do agricultor ao Pronaf. O baixo nível de escolaridade implica na dificuldade de compreender os documentos necessários para o acesso ao crédito, bem como na implementação equivocada dos projetos contemplados, resultando em baixa produtividade, menor renda e conseqüente inadimplência. Os autores Machado, Neves e Mattos; Cruz *et al.* (2021) concluíram que o indivíduo homem, associado, chefe do

empreendimento agrícola, que possua maior escolaridade, acesse internet, receba assistência técnica e possua maior renda familiar tem chance maior de acessar o Pronaf.

Pretto e Horn (2020) apresentaram em seu estudo o acesso das diferentes regiões brasileiras ao Pronaf no período de 1995 a 2018. Salientou-se que, embora a região Nordeste possuísse 46,7% do total de 1.232.250 contratos em 2018 e o montante de crédito somasse R\$ 3,03 bilhões, valor médio de cada contrato foi de R\$ 5.281. O contrário foi observado pela região Sul, com 32,3% do total de contratos e um montante de R\$ 13,38 bilhões, possuía valor médio por contrato em torno de R\$ 33.620, superior à média nacional de R\$ 19.238.

A partir disso, compreende-se que o Pronaf contribui para o desenvolvimento do setor da agricultura familiar, mas ainda encontra alguns desafios que podem ser contornados pela integração de políticas públicas e o reconhecimento da heterogeneidade entre as regiões e mesmo entre os estabelecimentos agropecuários (FREITAS E CASTRO, 2020).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 Base de Dados

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos a partir da pesquisa do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante ressaltar que essa pesquisa ocorre a cada dez anos e tem como objetivo obter informações acerca da estrutura e produção agropecuária do país. Dessa forma, permite também evidenciar o perfil e a heterogeneidade da agricultura familiar, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas (AQUINO, ALVES E VIDAL, 2020).

Abaixo, segue os Quadros 1 e 2 com as variáveis definidas para atender ao objetivo proposto da pesquisa.

Quadro 1 – Variáveis quantitativas.

<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>
Área dos estabelecimentos	Hectares
Idade	Anos
Pessoal ocupado	Nº de indivíduos
Orientação técnica	Nº de estabelecimentos
Financiamento	Nº de estabelecimentos
Valor de produção	Mil reais

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2 – Variáveis qualitativas.

<b>Descrição</b>	<b>Atributo</b>
Sexo do produtor	Masculino/Feminino
Escolaridade	Alfabetizado/Não alfabetizado
Condição do produtor	Proprietário/Arrendatário/Parceiro

Fonte: Elaborado pela autora.

### 4.2 Metodologia

Os dados coletados foram submetidos à estatística descritiva, sendo apresentados de forma simples e compacta através de Tabelas e Gráficos para análise. Dessa forma, é possível se obter uma visão geral dos valores. Ademais, no tratamento da base de dados, foram excluídos os municípios de Fortaleza e Eusébio e todos aqueles que continham em suas

células as simbologias: “.”, “...” e “X”. As células que continham “-” foram substituídas por 0 (zero).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ceará é o quarto maior estado do Nordeste, com área territorial superior a 148.894 km<sup>2</sup> e a maior parte dos municípios inseridos no Semiárido brasileiro (IBGE, 2022). Para o estado, em 2017, o número de estabelecimentos agropecuários totalizou 394.330, no qual 75,5% foram classificados como agricultura familiar, distribuídos em uma área de 3.342.608 hectares.

Em relação à região Nordeste, que dispõe mais de 25 milhões de hectares para a agricultura familiar, o Ceará concentra 12,89% do total, sendo o quarto estado da região a deter mais área. Esse valor é inferior ao observado em 2006, que totalizava mais de 3,4 milhões de hectares (IBGE, 2009).

A Tabela 1 apresenta a área em hectares por grupo de atividade econômica, destacando-se a pecuária e criação de outros animais. No Gráfico 1, é possível observar o percentual de área dos estabelecimentos agropecuários familiares por grupo de atividade econômica para o estado do Ceará.

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários por atividades (hectares).

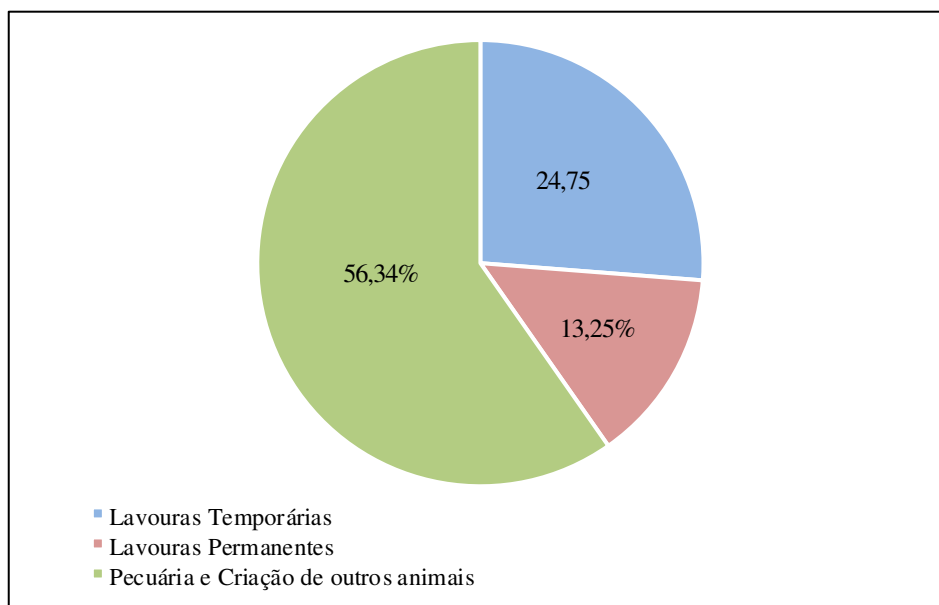
<b>Unidades</b>	<b>Produção de lavouras temporárias</b>	<b>Produção de lavouras permanentes</b>	<b>Pecuária e criação de outros animais</b>	<b>Total</b>
Brasil	18.015.956	5.729.248	52.676.537	80.891.084
Nordeste	5.740.372	1.533.990	17.365.546	25.925.743
Ceará	319.658	171.119	727.825	3.342.608

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

Nota: Os valores apresentados correspondem a 95 municípios. Os outros foram excluídos por apresentar as simbologias descritas na Metodologia.



Gráfico 1 - Percentual de área dos estabelecimentos agropecuários no Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 2 demonstra que os estabelecimentos agropecuários familiares são dirigidos majoritariamente por homens. No Ceará, apenas 20,06% dos 297.546 estabelecimentos são dirigidos por mulheres, destacando-se os municípios de Icapuí, Redenção e Aquiraz, com 43,73%, 35,53% e 34,72%, respectivamente. É importante destacar que houve aumento no número de homens na direção dos estabelecimentos quando comparado ao censo agropecuário de 2006, no qual o percentual foi de 69,6% do total de 341.510. A menor participação de mulheres como dirigentes de estabelecimentos familiares está associada a hierarquização social, no qual atribui-se a função de afazeres domésticos, trabalhos manuais hortifrutigranjeiros, não sendo visto como trabalho produtivo (Oliveira, 2019).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos por sexo do produtor.

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>(%)</b>	<b>Mulheres</b>	<b>(%)</b>
Brasil	3.897.408	3.127.736	80,25%	769.672	19,75%
Nordeste	1.838.846	1.392.421	75,72%	446.425	24,28%
Ceará	297.546	237.871	79,94%	59.675	20,06%
<b>Municípios com maior número de estabelecimentos dirigidos por homens (%)</b>					
Miraíma	96,82%				
São Luís do Curu	91,62%				
Uruoca	91,54%				
Groaíras	91,33%				
Martinópole	90,62%				
<b>Municípios com maior número de estabelecimentos dirigidos por mulheres (%)</b>					
Icapuí	43,73%				
Redenção	35,53%				
Aquiraz	34,72%				
Chorozinho	34,20%				
Baturité	33,87%				

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

Em relação à idade, apontada na Tabela 3, os estabelecimentos são dirigidos principalmente por produtores na faixa etária entre 45 e 65 anos, o que implica na baixa inserção de jovens dirigindo estabelecimentos agropecuários no campo. Castro *et al.* (2013) apontam como dificuldades enfrentadas por jovens no campo, o desemprego, a restrição ao acesso à educação e à terra. A fim de mitigar essa problemática, foram pensadas políticas públicas como a linha Pronaf-Jovem, que engloba os indivíduos entre 16 e 29 anos.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos dirigidos por classe de idade no Ceará.

<b>Classe (anos)</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
< 25	5.920	1,99%
25 – 35	27.936	9,39%
35 – 45	49.842	16,75%
45 – 55	65.400	21,98%
55 – 65	67.890	22,82%
65 – 75	52.897	17,78%
> 75	27.661	9,30%
<b>Total</b>	<b>297.546</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

Conforme apresentado anteriormente, o nível educacional é um importante fator que

afeta a produtividade agrícola e contribui para o desenvolvimento rural. De acordo com a Tabela 4, 53,32% dos estabelecimentos familiares no Ceará são dirigidos por produtores alfabetizados, com destaque para os municípios de Barro, Banabuiú e Itaitinga, com 75,80%, 74,13% e 72,60%, respectivamente. Em contrapartida, os municípios de Barroquinha (27,40%), Frecheirinha (33,08%) e Senador Sá (34,93%) apresentam o menor número de produtores alfabetizados na direção dos estabelecimentos.

Em seu trabalho, Hage (2010) afirma que o indivíduo no campo é inserido precocemente no trabalho, logo a educação na infância tem curta duração. Considerando que os municípios com menor índice de alfabetização supracitados possuem a maioria dos produtores dirigentes com idade acima de 45 anos e que possivelmente estão inseridos em suas atividades desde muito cedo, subtende-se que o acesso à educação pode ter sido dificultado por este e outros fatores.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos dirigidos pelo produtor por escolaridade.

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>Alfabetizado</b>	<b>(%)</b>	<b>Não Alfabetizado</b>	<b>(%)</b>
Brasil	3.897.408	2.868.987	73,61%	1.028.421	26,39%
Nordeste	1.838.846	1.062.000	57,75%	776.846	42,25%
Ceará	297.546	158.426	53,24%	139.120	46,76%
<b>Municípios com maiores índice de alfabetização (%)</b>					
Barro	75,80%				
Banabuiú	74,13%				
Itaitinga	72,60%				
Jati	71,93%				
Amontada	70,08%				
<b>Municípios com menores índice de alfabetização (%)</b>					
Barroquinha	27,40%				
Frecheirinha	33,08%				
Senador Sá	34,93%				
Icapuí	35,59%				
Ererê	36,26%				

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

O percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários familiares é elevado, tanto a nível nacional (67%) quanto para a região Nordeste (73,8%). Ao considerar apenas o pessoal com laço de parentesco com o produtor (Tabela 5) em relação ao total de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, temos para o Brasil (58,07%), região Nordeste (63,79%) e Ceará (64,93%). Em relação a região Nordeste, o Ceará possui 14,88%

de pessoal ocupado com parentesco com o produtor, ocupando o segundo lugar na região, destacando-se as cidades de Itapipoca, Crateús e Viçosa do Ceará. Esse resultado corrobora com a caracterização da agricultura familiar no que diz respeito a utilização de mão-de-obra da família.

Tabela 5 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor.

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>De 14 anos e mais</b>	<b>(%)</b>
Brasil	14.525.073	8.434.757	58,07%
Nordeste	6.148.190	3.921.932	63,79%
Ceará	898.663	583.485	64,93%
<b>Municípios com o maior número de pessoal ocupado</b>			
Itapipoca	14.140		
Crateús	10.915		
Viçosa do Ceará	10.842		
Boa Viagem	10.711		
Mombaça	10.439		

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

Na Tabela 6, observa-se que 80,99% dos produtores dos 3.897.408 estabelecimentos agropecuários familiares do Brasil são proprietários de suas áreas, totalizando 3.156.701. O percentual de proprietários na região Nordeste é de 77,77%, totalizando 1.430.114. O Ceará possui 66,82 % de estabelecimentos dirigidos por proprietários.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor.

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>Proprietário</b>	<b>(%)</b>
Brasil	3.897.408	3.156.701	80,99%
Nordeste	1.838.846	1.430.114	77,77%
Ceará	297.546	198.825	66,82%
<b>Municípios com o maior número de proprietários</b>			
Barroquinha	97,46%		
Horizonte	94,75%		
Cariré	94,57%		
Itaitinga	94,52%		
Palhano	93,71%		

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 7 considera além de proprietários, os arrendatários e parceiros dos estabelecimentos agropecuários. Os percentuais observados na região Nordeste são comparados com os totais do Brasil, enquanto aqueles observados no Ceará são comparados

com o Nordeste. Dessa forma, 13,89% dos proprietários da região Nordeste, assim como 37,50% dos arrendatários e 27,60% dos parceiros, estão localizados no Ceará.

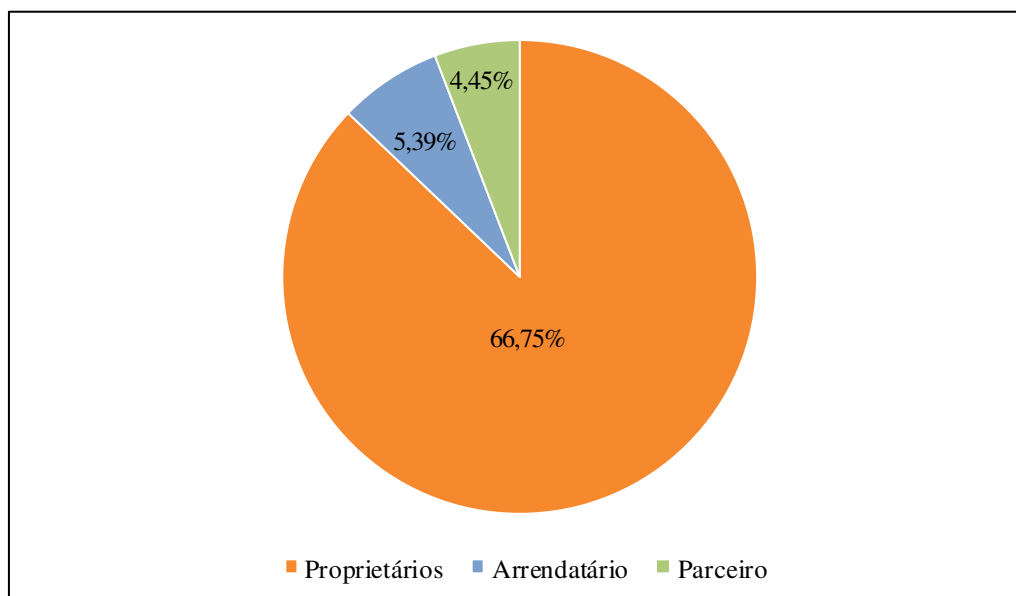
Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor.

Unidade	Proprietário(a)	(%)	Arrendatário(a)	(%)	Parceiro(a)	(%)
Brasil	3.156.701	100%	111.226	100%	88.643	100 %
Nordeste	1.430.114	45,30%	42.779	38,46%	48.008	54,16%
Ceará	198.612	13,89%	16.042	37,50%	13.250	27,60%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

O Gráfico 2 ilustra, para o Ceará, o percentual de estabelecimentos por condição do produtor, dessa forma, dos 297.546 estabelecimentos, 66,75% são dirigidos por proprietários, seguidos por arrendatários (5,39%) e parceiros (4,45%).

Gráfico 2 - Percentual de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor no estado do Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

A orientação técnica auxilia no melhor desempenho da produtividade agrícola, tendo em vista que são empregadas práticas adequadas desde o preparo do solo à colheita. Apesar de ser o setor predominante na agricultura brasileira, os estabelecimentos agropecuários familiares são os que menos têm acesso à essa assistência. No Ceará, apenas 10,79% dos estabelecimentos acessam à orientação técnica, correspondendo a 32.114 estabelecimentos.

Tabela 8 - Número de estabelecimentos agropecuários por orientação técnica.

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>Recebe</b>	<b>Não Recebe</b>	<b>(%)</b>
Brasil	3.897.408	708.318	3.189.090	18,17%
Nordeste	1.838.846	134.829	1.704.017	7,33%
Ceará	297.546	32.114	265.432	10,79%
<b>Municípios que mais receberam orientação técnica (%)</b>				
General Sampaio	45,72%			
Penaforte	45,37%			
Mulungu	40,05%			
Baixio	34,66%			
Maracanaú	33,61%			
<b>Municípios que menos receberam orientação técnica (%)</b>				
Redenção	0,92%			
Cariré	0,93%			
Ipu	0,95%			
Itaiçaba	2,29%			
Boa Viagem	2,37%			

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

Em relação ao financiamento, observa-se na Tabela 9 que do total de estabelecimentos financiados no Brasil, 97,87% foram contemplados com o Pronaf, somando 588.363 estabelecimentos. Desse total, 38,56% estão inseridos na região Nordeste, cerca de 231.838. O Ceará possui em torno de 16,37% de estabelecimentos financiados quando comparado à nível regional, totalizando 38.005. Dentre as cidades que mais receberam financiamentos, destacam-se Mombaça (1.180), Quixeramobim (1.139) e Viçosa do Ceará (918).

É importante destacar que o surgimento do Pronaf possibilitou o acesso da agricultura familiar ao crédito rural, necessário para custeio de safras e investimentos nos estabelecimentos, resultando em melhoria do processo produtivo (BORGES, DA SILVA E COUTINHO, 2018).

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento.

<b>Unidade</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Pronaf B</b>	<b>Pronaf V</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Brasil	601.191	289.418	298.945	588.363	97,87%
Nordeste	232.156	195.898	35.940	231.838	39,40%
Ceará	38.044	32.153	5.852	38.005	16,39%
<b>Municípios que mais receberam financiamentos</b>					
Mombaça	1182	995	185		
Quixeramobim	1139	907	232		
Viçosa do Ceará	918	844	74		
Itapipoca	772	709	62		
Acopiara	753	635	117		
<b>Total</b>	<b>4764</b>	<b>4090</b>	<b>670</b>		

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

De acordo com a Tabela 10, o valor da produção referente ao setor da agricultura familiar foi de aproximadamente R\$ 107 bilhões, o que equivaleu a 23% da produção total da agricultura brasileira, segundo o censo agropecuário de 2017. No Ceará, o valor da produção correspondeu a 13,79% do total da região Nordeste, em torno de R\$ 2,18 bilhões. Os municípios que mais se destacaram foi Quixeramobim (R\$ 50,8 milhões), Independência (R\$ 41,9 milhões) e Morada Nova (R\$ 39,1 milhões).

Tabela 10 - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários (mil reais).

<b>Unidade</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Brasil	R\$ 106.472.475,00	100,00%
Nordeste	R\$ 15.866.979,00	14,90%
Ceará	R\$ 2.187.863,00	13,79%
<b>Municípios com maior valor da produção (mil reais)</b>		
Quixeramobim	R\$ 50.800,00	
Independência	R\$ 41.791,00	
Morada Nova	R\$ 39.118,00	
Iguatu	R\$ 38.252,00	
Mombaça	R\$ 35.004,00	
<b>Total</b>	<b>R\$ 204.965,00</b>	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é o maior setor da agropecuária brasileira, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. No estado do Ceará, foram contabilizados 297.862 estabelecimentos agropecuários, responsáveis por cerca de 40% do valor da produção, somando cerca de R\$ 2,18 bilhões. Contudo, esse setor inclui tanto produtores que utilizam práticas rudimentares quanto aqueles mais modernizados. Essa diferença decorre do processo de modernização ocorrida a partir de 1960.

Sendo evidente essas diferenças, faz-se necessário a realização de estudos que busquem analisar o perfil, a produção e heterogeneidade da agricultura familiar local. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar o perfil dos agricultores familiares para o estado do Ceará. Os dados utilizados foram provenientes do Censo Agropecuário de 2017, realizado e disponibilizado pelo IBGE, e submetidos à estatística descritiva.

Em relação à área dos estabelecimentos, foi observado que a agricultura familiar no Ceará dispõe de 3,42 milhões de hectares, no qual a pecuária e criação de outros animais ocupa 727.825 hectares, tornando-se a principal atividade econômica. Quanto à direção dos estabelecimentos, observou-se que apenas 20,06% são dirigidos por mulheres, totalizando 59.675. Essa baixa participação das mulheres pode estar associada à hierarquização social que ocorre no campo.

A faixa etária predominante observada à frente dos estabelecimentos consiste entre 45 e 65 anos, sendo a classe entre 55 e 65 com maior percentual, 22,82%. A menor participação dos jovens na direção dos estabelecimentos pode estar associada com a hierarquização e a restrição ao acesso à terra. Quanto à escolaridade, apenas 53,32% dos agricultores são alfabetizados, o que pode influenciar na utilização de técnicas agrícolas. Uma das explicações para o elevado percentual de dirigentes não alfabetizados (46,68%) pode ter sido a inserção precoce no trabalho.

Do pessoal ocupado com laço de parentesco, observou-se que esse percentual ficou em torno de 64,93%, característico da agricultura familiar. Considerando a condição dos produtores em relação às suas terras, observou-se que a maioria são proprietários, em torno de 66,82%.

Entendendo que a agricultura familiar tem importância na geração de emprego,



renda e produção de alimentos, faz-se necessário que essa atividade seja melhor assistida por políticas públicas como o acesso à orientação técnica e ao crédito rural. No entanto, apenas 10,79% dos estabelecimentos agropecuários do Ceará receberam orientação técnica em 2017 e 12,79%, cerca de 38.044 estabelecimentos, foram contemplados com financiamento, sendo quase a totalidade via Pronaf.

Por fim, analisado o perfil do agricultor cearense e tendo em vista a contribuição desse setor para a economia local, o presente trabalho trouxe subsídios para estudos futuros, nos quais poderão ser utilizados novos métodos estatísticos e que possam atender aos seguintes questionamentos: qual perfil é mais contemplado com políticas públicas? Uma vez evidente, de que forma as políticas públicas, como o Pronaf e suas diferentes linhas, precisam ser aperfeiçoadas para atender aqueles agricultores que ficaram à margem?

## REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 31-54, 2020.

AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Heterogeneidade e dinâmica das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 29, n. 50, 2020.

ARAÚJO, J. A. de. Crédito rural: plano safra e o PRONAF. *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; VIEIRA, A. C. P.; *et al.* (org.). **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. p. 161-188. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191126\\_diagnostico\\_e\\_desafios\\_da\\_agricultura\\_brasileira.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191126_diagnostico_e_desafios_da_agricultura_brasileira.pdf)>. Acesso em: 01 de jun. de 2020.

ARAÚJO, J. A.; ALENCAR, M. O. de; VIEIRA FILHO, J. E. R. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes (St. Cruz, Online)**, v. 25, p. 2009-2034, 2020.

ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise dos impactos do PRONAF na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016. Texto para Discussão, n. 2412. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de Crédito Rural. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF / MDA, 2015.

BORGES, G. G.; SILVA, M. C. L. da; COUTINHO, E. M. C. Análise da importância do Pronaf para os agricultores familiares. **Revista Expressão Católica**, v. 7, n. 1, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, ano 2006.

BRASIL. Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, ano 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm). Acesso em: 3 jan. 2022.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. 238 p.

BUAINAIN, A. M.; SANTANA, C. A. M.; SILVA, F. P.; GARCIA, J. R.; LOYOLA, P. O tripé da política agrícola brasileira: crédito rural, seguro e Pronaf. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (Org.). **O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 829-864.

CASTRO, A. M. G. de *et al.* **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 56p., 2013.

CMAP - CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório de avaliação**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Brasília, 2020.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Agricultura Familiar**, Brasília - DF, v. 1, n. 3, 2021.

CORRÊA, V. P.; FERNANDES, F. F.; MUNIZ, A. L. P. Análise do perfil da distribuição dos recursos do Pronaf entre 1999 e 2009 e um estudo das particularidades da região Nordeste. *In*: Schneider, S.; Ferreira, B.; Alves, F. (org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. p. 357-385. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/2015081315241718255567.pdf>>. Acesso em: 01 de jun. de 2020.

COSTA, R. A; VIZCAINO, C. A. C; COSTA, E. M; Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil. *In*: Vieira-Filho, J. E. R.; GASQUES, J. G.; **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. p. 243-255.

CRUZ, N. B. da *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, 2021.

DEPONTI, C. M.; SCARTON, L. M.; SCHNEIDER, S. O retrato da extensão rural a partir dos dados do censo agropecuário 2006. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. p. 241-260. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21595](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21595)>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

DIAS, T. K. M. **O crédito rural sob as perspectivas da posse da terra e da produtividade dos agricultores familiares**. 2020. 74 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49627/5/2020\\_dis\\_tkmdias.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49627/5/2020_dis_tkmdias.pdf)>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

FREITAS, R. E.; CASTRO, C. N. de. O PRONAF no Nordeste. *In*: **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. cap. 22.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba - SP, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. 172 p.

HAGE, S. M. Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: contrastes, desigualdades e afirmação em debate. *In*: DALBEN, A. et al. (org.). **Convergências e tensões no campo da**

**formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 462-477.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B., BRESNYAN JUNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. *In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (org.). Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006.* Brasília: Ipea, 2014. p. 279-311. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21595](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21595)>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. *In: Encontro Nacional de Economia, 35., 2007, Recife. Anais eletrônicos... Recife, 2007.* Disponível em: < <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2007> >.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar. Rio de Janeiro, p. 1-267, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-105, 2019.

IBGE. **Cidades e Estados.** IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/>. Acesso em: 7 jan. 2022.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LEMOS, J. J. S *et al.* Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 93-112, 2020.

LEMOS, J. J. S. Vulnerabilidades induzidas no semiárido brasileiro. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 245-268, 2020.

LIMA, Leopoldo Oliveira de; MEDEIROS, Marcos Barros de; SILVA, Maria José Ramos da. Identificação das dificuldades de acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da Univasf**, v. 7, n. 2, p. 006-025, 2020.

LOBATO, L. M.; SILVA, L. O. **Terra de quem e pra quê: agricultura familiar e patronal no Brasil.** *In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.* 2019.

MACHADO, B. S; NEVES, M. C. R.; MATTOS, L. B. **Determinantes do acesso a programas de financiamento de crédito rural no Brasil: uma análise a partir da PNAD 2014.** *In: 59º CONGRESSO DA SOBER.* 2021, Brasília - DF.

MONTEIRO, A. P.; LEMOS, J. J. S; FEITOSA, M. M. **Desigual distribuição de linhas de crédito do PRONAF nos estados e regiões brasileiros.** *In: 58º CONGRESSO DA SOBER.* 2020, Foz do Iguaçu - Paraná, 2020.

OLIVEIRA, G. R.; ARAÚJO, F. M. de; QUEIROZ, C. C. de. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em

Goiás. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

OLIVEIRA, M. R.; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima - UFRR**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 52-76, 2019.

PEIREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, v. 24, p. 131-140, 2020.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, p. 5063–5084, 2014.

PRETTO, J. M.; HORN, C. H. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara-RS, v. 17, n. 1, 2020.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, 2021.

SILVEIRA, F. G. *et al.* Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo. **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)**, Brasília, n. 142, 2016.

SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. IN: XLII Congresso da Sober, 2004, Cuiába. **Anais do XLII Congresso da Sober**, 2004, v. 1, p. 1-20.